

OF. 10

Orçamento Público

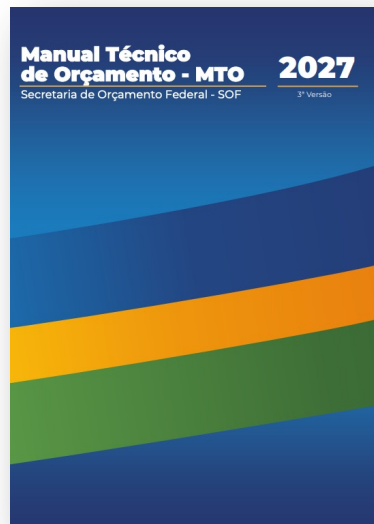
Slides em PDF



Conteúdo

- 1 **Introdução ao Orçamento Público**
- 2 **Ciclo Orçamentário**
- 3 **Instrumentos de Planejamento e Orçamento**
- 4 **Classificações Orçamentárias**
- 5 **Execução Orçamentária e Financeira**
- 6 **Desafios e Tendências no Orçamento Público**
- 7 **Discussão de Estudos de Caso**
- 8 **Conclusão e Encaminhamentos**

Referências Bibliográficas



- Manual Técnico de Orçamento
 - MPO – Secretaria de Orçamento Federal
siop.planejamento.gov.br

- **Gestão de Finanças Públicas**
 - ✓ Claudiano Albuquerque
 - ✓ Márcio Medeiros
 - ✓ Paulo Henrique Feijó
gestaopublica.com.br





MÓDULO 1

INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO PÚBLICO

Definição e Importância

- **ORÇAMENTO** (Oswaldo M. Sanches)
 - Documento que prevê as quantias de moeda que, num período determinado (normalmente um ano), devem entrar e sair dos cofres públicos (receitas e despesas públicas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesa mais relevantes.
 - Usualmente formalizado através de Lei, proposta pelo Poder Executivo e apreciada pelo Poder Legislativo na forma definida pela Constituição.
 - Nos tempos modernos este instrumento, cuja criação se confunde com a própria origem dos Parlamentos, passou a ser situado como técnica vinculada ao instrumental de planejamento.
 - Na verdade, ele é muito mais que isso, tendo assumido o caráter de instrumento múltiplo, isto é, político, econômico, programático (de planejamento), gerencial (de administração e controle) e financeiro. ...

Origem

- Art. 12 da Magna Carta
 - “Nenhum tributo ou auxílio será instituído no Reino, senão pelo seu conselho comum, exceto com o fim de resgatar a pessoa do Rei, fazer seu primogênito cavaleiro e casar sua filha mais velha uma vez, e os auxílios para esse fim serão razoáveis em seu montante”



CONTROLE

Histórico do orçamento público no Brasil

- Orçamento Clássico ou tradicional
- Orçamento por desempenho
- Orçamento-programa
- Reforma gerencial do orçamento
- Planos orçamentários
- Emendas impositivas

Princípios Orçamentários Fundamentais

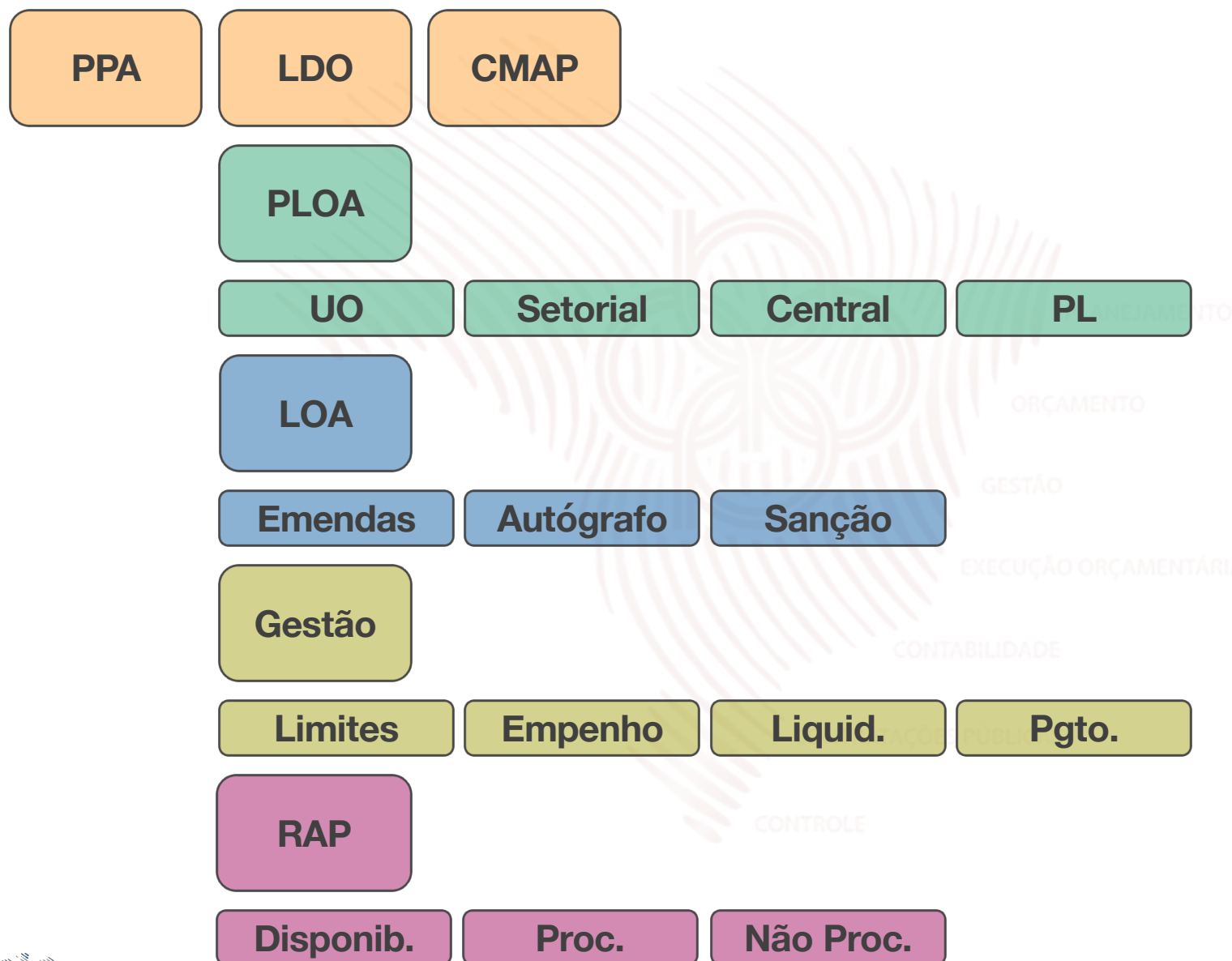
- Unidade
- Universalidade
- Anualidade / Periodicidade
- Exclusividade
- Especificação / Especialização
- Publicidade
- Orçamento Bruto
- Não Afetação da Receita
- Equilíbrio
- Legalidade



MÓDULO 2

CICLO ORÇAMENTÁRIO

Etapas do Ciclo Orçamentário



Integração PPA, LDO e LOA



Papéis das esferas de governo e dos poderes Executivo e Legislativo





MÓDULO 3

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PPA – Plano Plurianual

CF 88 Art. 165 § 1º

Diretrizes

Objetivos

Metas



Regionalizado

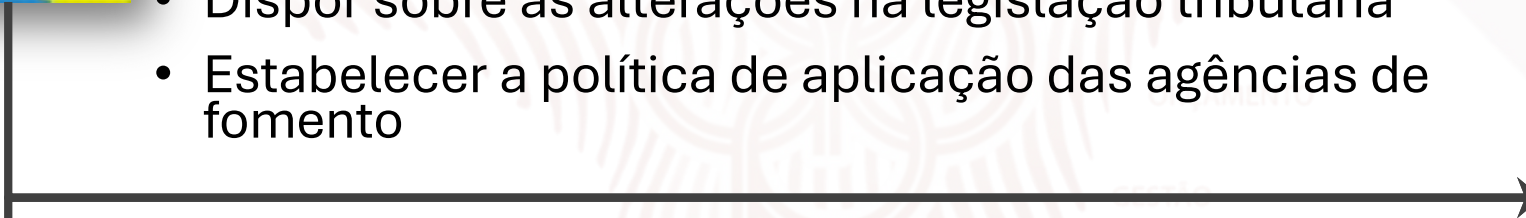
- Despesas de capital
- Outras decorrentes
- Programas continuados



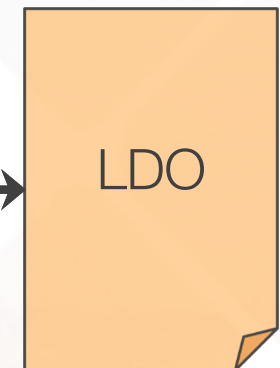
LDO – Diretrizes Orçamentárias



- Compreender as metas e prioridades
- Estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública (EC 109/2021)
- Orientar a elaboração da LOA
- Dispor sobre as alterações na legislação tributária
- Estabelecer a política de aplicação das agências de fomento

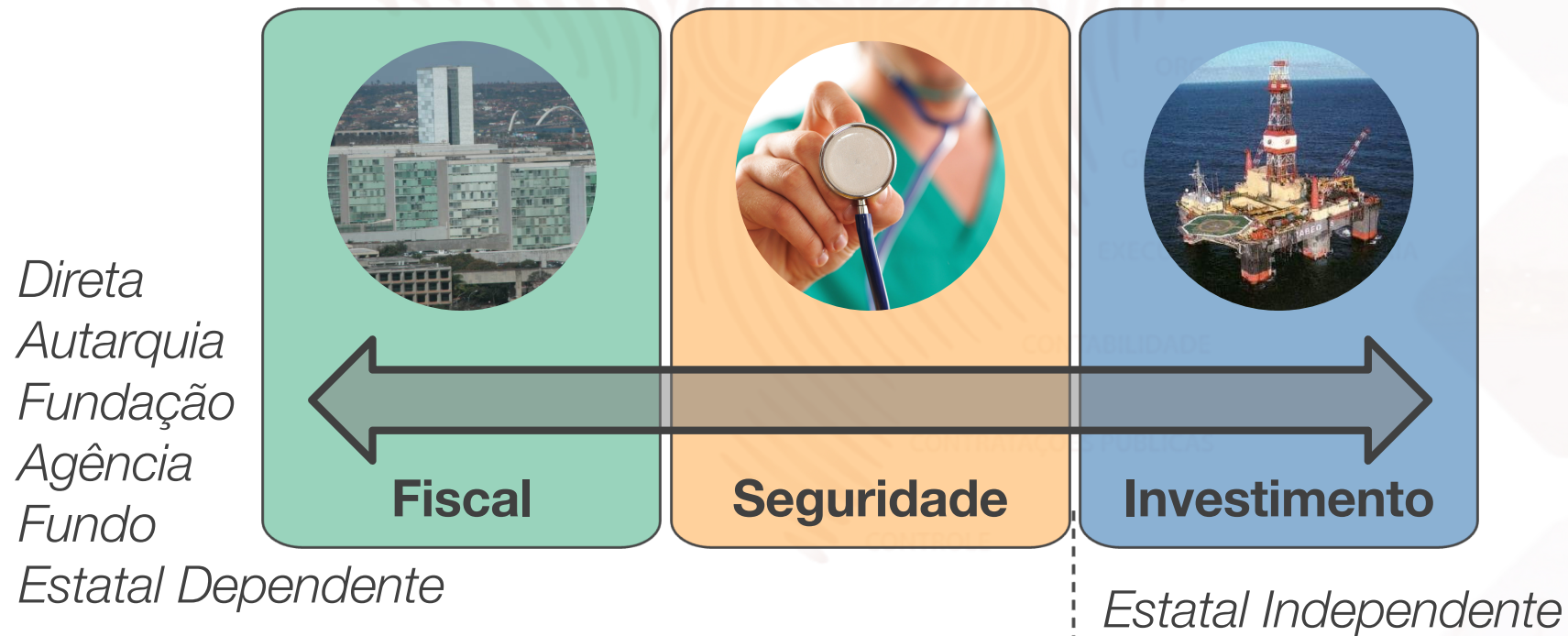


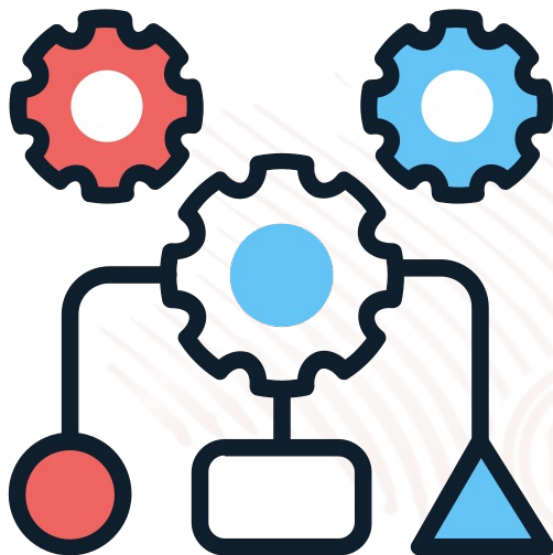
- Equilíbrio entre receitas e despesas
- Critérios e forma de limitação de empenho
- Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas
- Condições para a transferência de recursos a entidade públicas e privadas



LOA – Orçamentos Anuais

- Estima a receita e fixa a despesa
- Organização





MÓDULO 4

CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

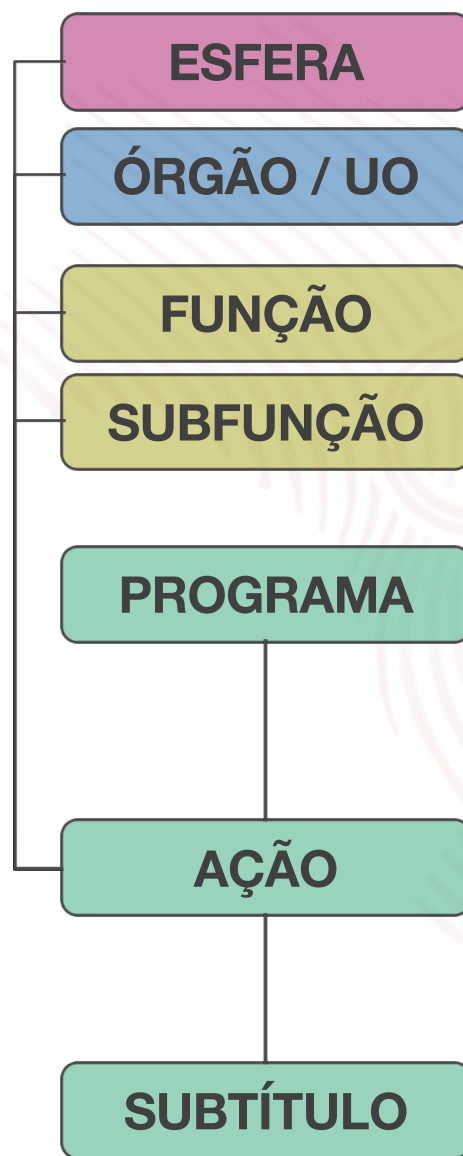
Classificação intitucional, funcional e econômica

Classificação
por Esfera

Classificação
Institucional

Classificação
Funcional

Estrutura
Programática



Em qual orçamento?

Quem é o responsável por fazer?

A qual área da despesa o órgão responsável pela ação se vincula?

Em que área da despesa a ação se realiza?

Qual o tema da política pública?

- **Objetivo:** O que pretende alcançar?

- **Iniciativas:** Quais são as entregas?

O que será desenvolvido para alcançar o objetivo do programa?

- **Descrição:** O que é feito? Com que fim?

- **Forma de Implementação:** Como é feito?

- **Produto:** O que será produzido ou prestado?

- **Unidade de Medida:** Como é mensurado?

Onde é feito?

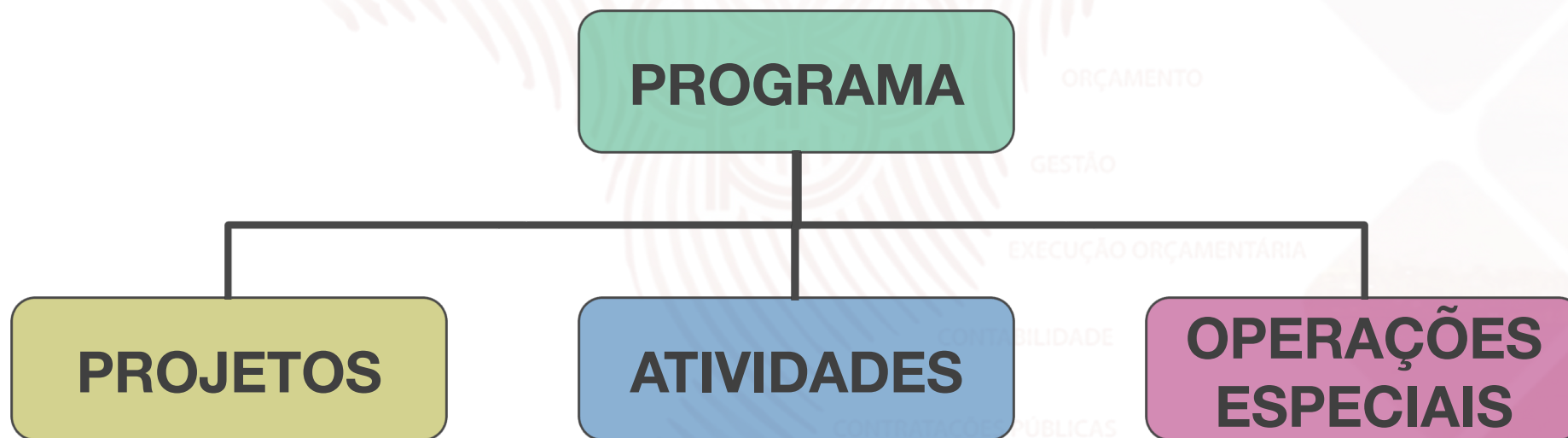
Onde está o beneficiário do gasto?

Classificação intitucional, funcional e econômica

Natureza da Despesa	META FÍSICA	Quanto se pretende entregar do produto?
	CAT. ECONÔMICA	Qual o efeito econômico da despesa?
	GRUPO NAT. DESPESA	Em qual classe de gasto será realizada?
	MOD. APLICAÇÃO	De que forma serão aplicados os recursos?
	ELEMENTO DA DESPESA	Que insumos se pretende utilizar ou adquirir?
	ID USO	São recursos destinados a contrapartida?
	FONTE	Qual a origem dos recursos?
	IDOC	Tem origem em op. de crédito ou doação?
	IND. RES. PRIMÁRIO	Qual o efeito da despesa sobre o RP?
	DOTAÇÃO	Qual o valor alocado no Orçamento?

Estrutura Programática

- Repositório de informações de planejamento e orçamento
- Transparência às ações do governo



Estrutura Programática



PROJETO

Conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo



ATIVIDADE

Conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo



OPERAÇÃO ESPECIAL

Não contribuem para a manut., expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços

Fonte de recursos e suas aplicações

- Fonte/Destinação de Recursos
 - agrupamento de receitas que possui as mesmas normas de aplicação
 - instrumento de gestão da receita e da despesa ao mesmo tempo
 - assegura que determinadas receitas sejam direcionadas para financiar projetos e atividades do governo em conformidade com leis que regem o tema

1º Dígito	2º, 3º e 4º Dígitos
Grupo da Fonte de Recurso	Especificação da Fonte de Recurso

Fonte de recursos e suas aplicações

Cód.	GRUPO da Fonte de Recurso (1º Dígito)
1	Recursos Arrecadados no Exercício Corrente
3	Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores
7	Recursos de Operações de Crédito Ressalvadas pela Lei de Crédito Adicional da Regra de Ouro
9*	Recursos Condicionados

1º Dígito (Grupo da Fonte)	2º, 3º e 4º Dígitos (Especificação da Fonte)	FONTE
1 - Recursos Arrecadados no Exercício Corrente	002 - Atividades-fim da Seguridade Social	1002
3 - Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	050 - Recursos Próprios Livres da UO	3050
9 - Recursos Condicionados	054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	9054



MÓDULO 5

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Procedimentos de execução orçamentária

PPA → LDO → LOA



Programação Financeira e Cronograma de Desembolso



Declaração do Ordenador de Despesas + Impacto Orçamentário e Financeiro



Processo Licitatório



Empenho → Contrato



Fornecimento dos Bens e Serviços → Liquidação



Retenção Tributária → Pagamento → Recolhimento

Emendas parlamentares

- Emendas individuais
 - execução obrigatória nos termos do disposto nos §§ 9º e 11 do art. 166 da CF
- Emendas de bancada estadual
 - execução obrigatória nos termos do disposto no § 12 do art. 166 da CF
 - somente projetos e ações estruturantes para a UF representada pela bancada, vedada a individualização (LC 210/2024)
- Emendas de comissão
 - apresentadas pelas comissões permanentes da CD e do SF, para ações de interesse nacional ou regional (LC 210/2024)
- Emendas de relatoria
 - feitas pelo deputado ou senador que escolhido para produzir o parecer final sobre o Orçamento

Controle e fiscalização da execução orçamentária

- Prestação de contas (Accountability)
 - Compartilhamento de informação
 - Facilidade de acesso e manuseio
 - Integridade dos dados
- Conformidade (Compliance)
 - Respeito às normas (CF, LRF, PPA, LDO)
 - Acompanhamento rigoroso
 - Auditorias
- Eficiência
 - Alcance das finalidades
 - Avaliação de desempenho
 - Análise de dados



MÓDULO 6

DESAFIOS E TENDÊNCIAS NO ORÇAMENTO PÚBLICO

Transparência e participação social no processo orçamentário

Vitória (ES), Terça-feira, 01 de Setembro de 2015

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

3

AÇÕES DE GOVERNO

Governo do Estado apresenta Plano Plurianual 2016-2019

O valor total do PPA é de R\$ 63.549.506.603. O Projeto de Lei foi encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa

O Governo do Estado enviou, na tarde de ontem, para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período entre 2016 e 2019. O valor total do PPA é de R\$ 63.549.506.603.

Os programas finalísticos que receberam o maior aporte de recursos são: Atenção Integral à Saúde, com R\$ 6.323.956.148; Melhoria da Qualidade do Ensino e da Aprendizagem na Rede Pública, com R\$ 5.526.777.175; Segurança Pública com Participação Social, com R\$ 4.656.504.132; e Ampliação e Qualificação da Infraestrutura Rodoviária, com R\$ 1.768.995.340.

O novo PPA está estruturado em 73 programas e 823 ações, enquanto que o anterior possuía 116 programas e 1.119 ações. Esta simplificação do Plano objetiva a desburocratização e a orientação a resultados. Ou seja, este método de planejamento vincula a alocação de recursos aos resultados esperados pelos programas governamentais e não apenas aos insumos.

Além de avançar nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública, a atual gestão tem pautado suas ações com foco na retomada do equilíbrio econômico-financeiro e no resgate da capacidade de investimento do Espírito Santo com recursos próprios. Neste sentido, a estimativa do PPA é que até 2019 o Estado volte a realizar investimentos da ordem de



NESTOR MULLER / RECOMES

R\$ 1 bilhão com recursos próprios.

A expansão dos investimentos definidos na programação do PPA 2016-2019 está planejada para ocorrer de forma gradual ao longo de seus quatro exercícios de vigência, com vistas à preservação e ampliação das conquistas obtidas em saúde, educação, segurança pública, atenção à juventude, inclusão social, modernização da gestão pública e meio ambiente.

"Nós, capixabas, compartilhamos a responsabilidade pelo futuro de

nosso Estado. Estamos convictos que podemos, trabalhando juntos, superar os desafios do tempo que vivemos e colocar novamente o Espírito Santo no rumo do desenvolvimento sustentável com oportunidades para todos", disse o secretário de Estado de Economia e Planejamento, Regis Mattos Teixeira.

PARTICIPAÇÃO POPULAR - O PPA foi elaborado após franco debate com a sociedade e, internamente, com a equipe de Governo. O Planejamento

>>> O PPA foi elaborado após franco debate com a sociedade e, internamente, com a equipe de Governo



VAMOS JUNTOS
PLANEJAR O FUTURO
DO NOSSO ESTADO.

AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS
2015



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento

www.ppa.es.gov.br



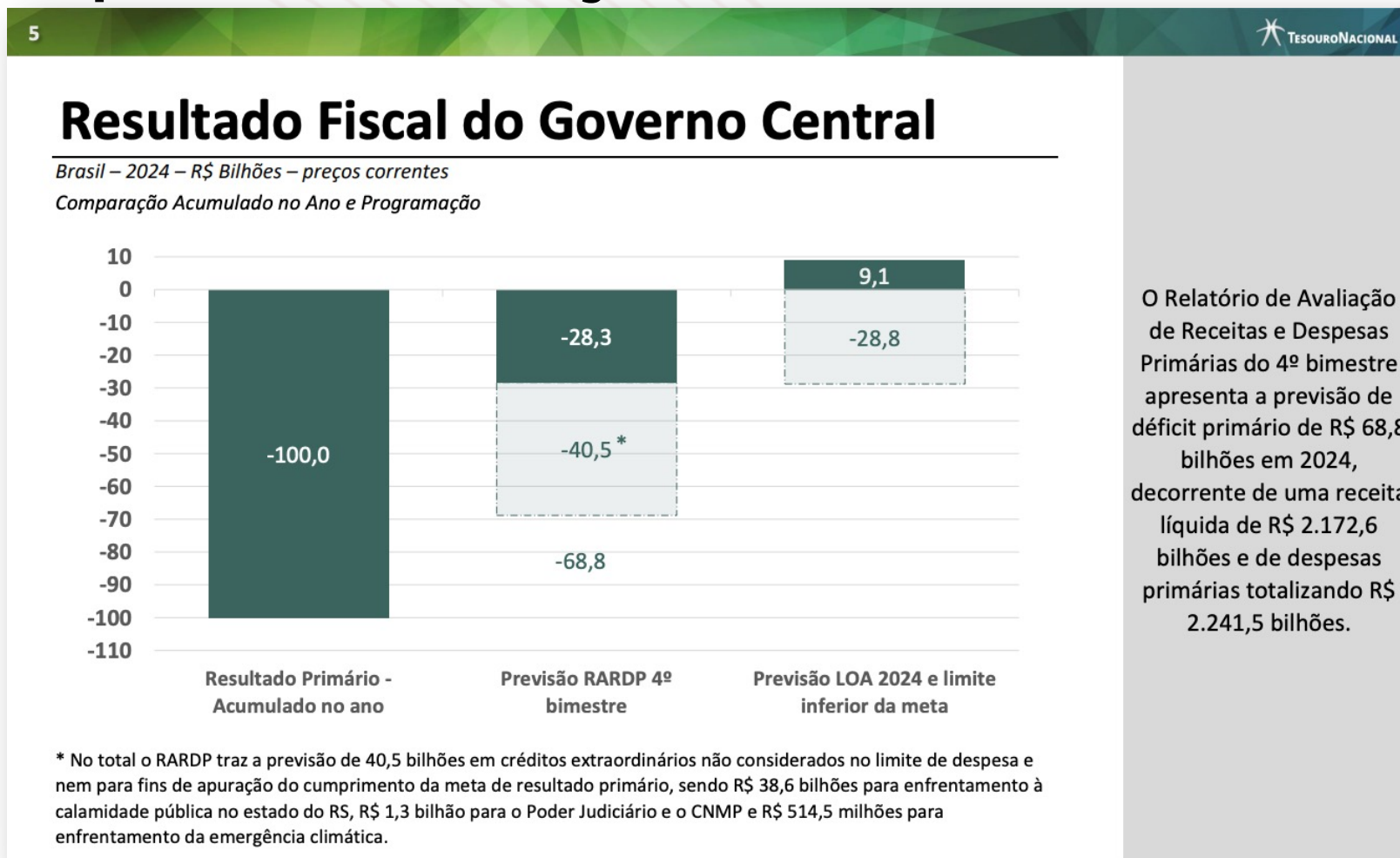
4ª SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA ABOP

Slide 29

ABOP
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO

50
ANOS

Responsabilidade fiscal e o impacto no orçamento



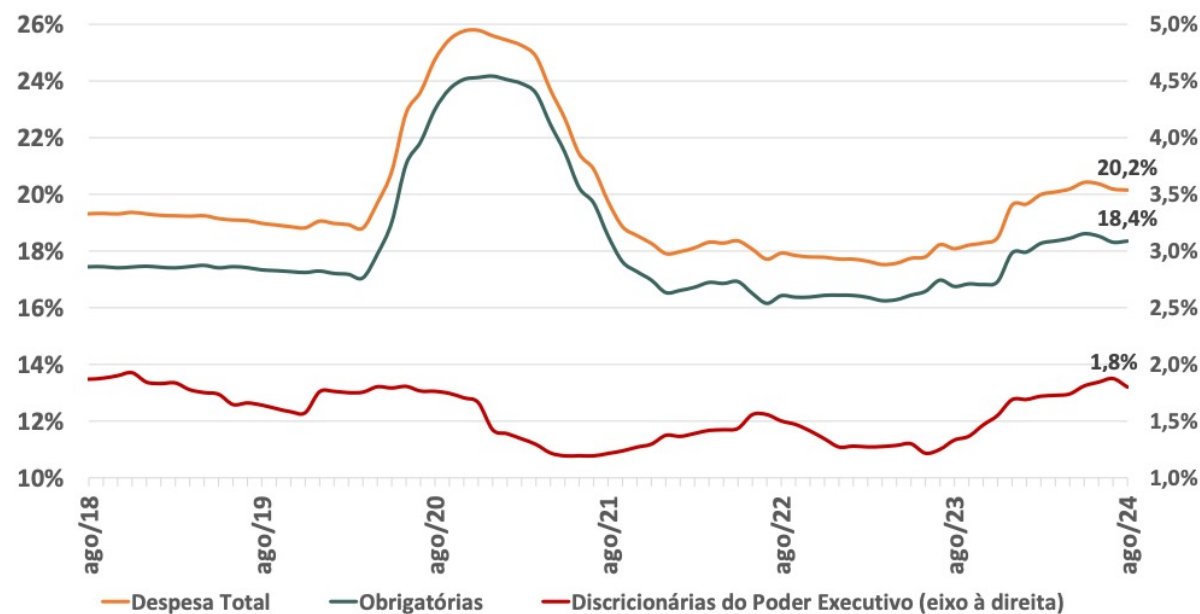
Responsabilidade fiscal e o impacto no orçamento

9

TESOURO NACIONAL

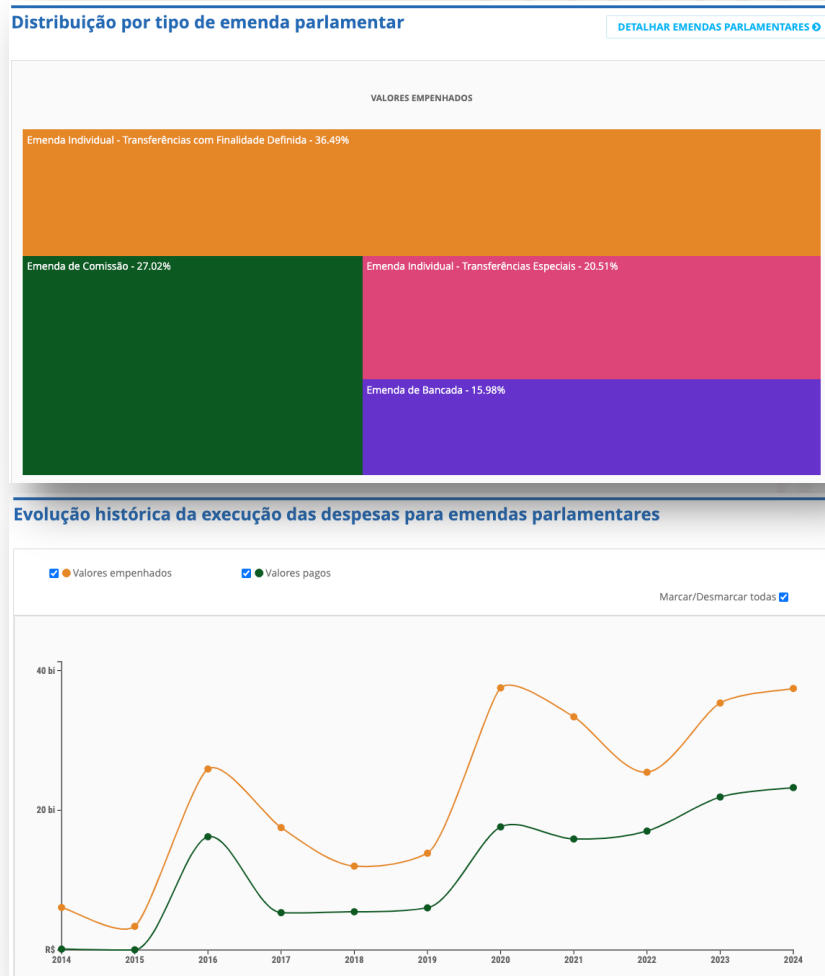
Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* - Acumulado 12 meses - 2018/2024 – % do PIB



* Desconsidera o pagamento à Petrobrás referente à cessão onerosa de dezembro de 2019 e a despesa com o acordo do Campo de Marte de agosto de 2022.

Evolução do papel do legislativo na alocação de recursos



- EC 86/2015
 - Emendas individuais impositivas (1,2% RCL) (50% saúde)
- EC 100/2019
 - Emendas de bancada impositivas (1,0% RCL)
- EC 105/2019
 - Emendas individuais PIX (transferência especial s/ convênio)
- EC 126/2022
 - Emendas individuais impositivas (2,0% RCL) (50% saúde)

Novas tecnologias e o orçamento público: tendências de digitalização e inovação

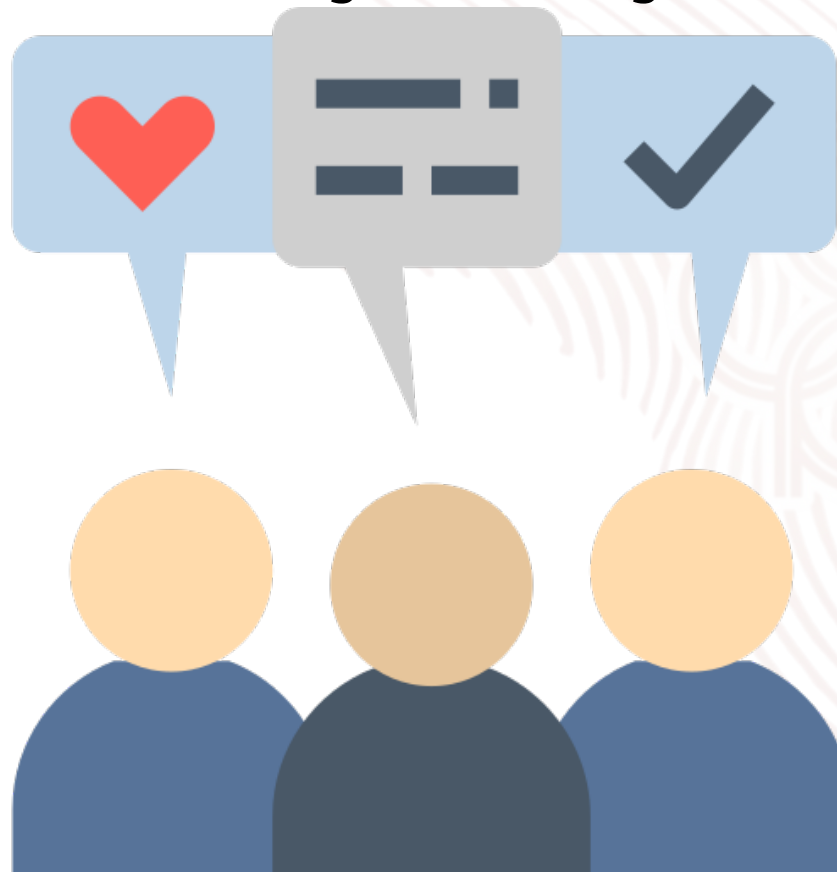
- Inteligência artificial
 - Previsão de receitas, controle de despesas e otimização da alocação de recursos
- Blockchain
 - Rastreamento de gastos e contratos, mais transparência a menor custo
- Big data
 - Análise preditiva de grande volume de dados, identificação de tendências e oportunidades
- Automação de processos
 - Robotização, redução de custos operacionais e aumento de eficiência



MÓDULO 7

DISCUSSÃO DE ESTUDOS DE CASO

Análise de exemplos práticos de alocação orçamentária



- Análise de exemplos práticos de alocação orçamentária
- Discussão sobre desafios enfrentados na execução orçamentária



MÓDULO 8

CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS

Conclusão e encaminhamentos

- Revisão dos principais conceitos abordados
 - Orçamento Público
- Reflexões sobre o impacto do orçamento público na gestão governamental
 - Gestão baseada no orçamento
- Direcionamento para aprofundamento dos temas em futuras capacitações
 - Temas correlatos